



Universidade Católica e sociedade: universalidade nos compromissos científico e social

Catholic University and society: universality on scientific and social commitments

Alípio Casali*

Resumo: O presente ensaio crítico é uma homenagem ao professor emérito da PUC-SP, dr. José J. Queiroz. Esta reverência se faz exaltando um projeto que o homenageado cultivou ao longo de anos em sua carreira: o de tornar a universidade católica, particularmente a PUC-SP, uma instituição cuja universalidade se realiza não apenas mediante seu compromisso de elaborar conhecimentos científicos de interesse universal, mas também por meio de sua deselitização e seu compromisso social, mormente diante do agravamento dos desequilíbrios climáticos e das desigualdades estruturais. A configuração de tal projeto é analisada criticamente ao longo da história da universidade católica no Brasil.

Palavras-chave: José J. Queiroz. PUC-SP. Universidade Católica. Universalidade.

Abstract: This critical essay is a tribute to professor emeritus of PUC-SP, Dr. José J. Queiroz. This acknowledgment is made by exalting a project that the honoree has cultivated over the years in his career: that of making the catholic university, particularly PUC-SP, an institution whose universality is realized not only in the commitment to develop scientific knowledge of universal interest, but also through its de-elitization and its social commitment, mainly considering the worsening of climate imbalances and structural inequalities. The configuration of such a project is critically analyzed throughout the history of the catholic university in Brazil.

Keywords: José J. Queiroz. PUC-SP. Catholic University. Universality.

* Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP (1989). Professor Titular do Departamento de Fundamentos, Políticas e Gestão da Educação, da PUC-SP. Docente e Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo, da PUC-SP, onde coordena a Linha de Pesquisa Currículo, Conhecimento e Cultura. Contato: casali@pucsp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3883-3051>

Apresentação

O propósito do presente ensaio crítico é homenagear o dr. José J. Queiroz, professor emérito da PUC-SP, universidade à qual prestou relevantes serviços acadêmicos de 1971 a 2020. Faço essa reverência ressaltando o valor estratégico de um projeto ao qual ele insistentemente se referiu e ao qual se dedicou em todas as frentes gestoras nas quais atuou, na PUC-SP: a deselitização da universidade católica e a institucionalização de seu compromisso social.

Conheci o prof. Queiroz em meu primeiro dia de trabalho como professor da PUC-SP, exatamente no dia 1.º de fevereiro de 1973. Era uma reunião de professores da disciplina “Problemas Filosóficos e Teológicos do Homem Contemporâneo”, uma disciplina introdutória obrigatória para todos os alunos ingressantes na universidade, que fazia parte do então incipiente e pedagogicamente inovador Ciclo Básico de Ciências Humanas e Educação. Em muitas ocasiões, nos mais variados contextos, o prof. Queiroz voltou a este tema: a universidade católica latino-americana, seguindo as diretrizes do Documento de Buga (Celam, 1967), tem o dever histórico-crítico de reconfigurar-se como instituição, deselitizar-se e se articular organicamente com os problemas, aspirações e projetos das classes populares, no exercício de seu ensino, pesquisa e extensão, sem prejuízo da sua missão universalista com a ciência e com a elevação intelectual da sociedade.

De modo peculiar, quando se apresentou como pré-candidato a reitor da PUC-SP, no ano de 1988, essa foi também a tônica da sua pré-candidatura: (re)instituir uma universidade católica socialmente comprometida, na linha do Documento de Buga (Celam, 1967) e da III Conferência Episcopal Latino-Americana (opção preferencial pelos pobres), realizada em Puebla, México, 1979.

Em 2015, após 44 anos de serviços prestados à universidade, o Conselho Universitário (Consun) concedeu-lhe o título de professor emérito da PUC-SP, com seu colega e amigo, o prof. dr. padre Edênio Valle. Na sessão solene de outorga daquele título pelo Consun, em 28 de outubro de 2015, o prof. Queiroz pronunciou um memorável discurso (Queiroz, 2015). Um dos focos de sua fala foi o já referido Documento de Buga (Celam, 1967). De partida, nosso homenageado demarcou com clareza sua grande questão – e a resposta do Documento:

Eis a grande pergunta que se colocaram os peritos reunidos em Buga: – Qual é a identidade e o papel da Universidade Católica no contexto das necessárias mudanças no Continente? As Universidades Católicas devem ser *verdadeiras universidades*, isto é, *centros de elaboração de cultura e consciência lúcida da sociedade em que vivem* (Queiroz, 2015, p. 3 – grifos nossos).

Seu discurso avança, agora, sobre a análise que o Documento de Buga faz acerca da história e da situação das universidades católicas na América Latina:

[As universidades católicas] limitavam-se à formação de profissionais oriundos em geral das *elites* sem realizar um verdadeiro compromisso com a mudança social. Não ofereciam respostas efetivas às verdadeiras necessidades da sociedade. Não tinham consciência das urgências em que vivia a América Latina. [...] Esse desafio deveria concretizar-se nas seguintes tarefas: *superar o elitismo cultural*, desmascarar a mentira tão frequente

de nossas sociedades, estudar os problemas das sociedades oferecendo soluções, gestar uma *cultura autóctone e latino-americana* (Queiroz, 2015, p. 4 – grifos nossos).

E o prof. Queiroz arremata seu posicionamento sobre a questão: “No meu entender, este Documento permanece como uma *utopia*, isto é, um não lugar, ou como um ainda não, mas provocador de *experiências renovadoras*” (Queiroz, 2015, p. 4 – grifos nossos).

Imediatamente, faz uma ressalva histórica acerca da PUC-SP: “Em nossa Universidade, pelo menos em parte, suas orientações surtiram efeito” (Queiroz, 2015, p. 4). E cita, em uma primeira vertente, algumas das principais iniciativas da PUC-SP nesse sentido: a criação do Ciclo Básico em Ciências Humanas e Educação com seu projeto político-pedagógico inovador, desde 1971; a democracia interna na gestão da universidade; a “desclericalização” da gestão da universidade, que produziu também o efeito de deslocar os processos pedagógicos do foco sobre a doutrina para um foco sobre o conhecimento crítico. E o prof. Queiroz conclui:

Enfim, [...] nossa universidade [PUC-SP] se firmou, como queria o Documento de Buga, como “verdadeira universidade cristã, embora com todos os seus problemas, limitações, divergências e contradições internas, naturais numa instituição universitária dinâmica e produtiva” (Queiroz, 2015, p. 5).

Em uma segunda vertente, o prof. Queiroz refere-se à iniciativa do grão-chanceler da PUC-SP, cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, que tirou do papel o projeto originário do Centro de Estudos Especiais (CEE), idealizado pelo prof. dr. Dom Cândido Padin e pela profa. dra. Nadir Kfour¹, para dar vida ao Instituto de Estudos Especiais (IEE), à frente do qual esteve o próprio prof. Queiroz desde 1976. O IEE deveria tornar-se, sob as diretrizes do Documento de Buga, um “órgão ativador da consciência das universidades católicas com relação às suas responsabilidades ante os grandes desafios do Continente Latino-Americano e da realidade brasileira” (Queiroz, 2015, p. 5).

A despeito de sua peculiar modéstia, o prof. Queiroz não deixou de assinalar, ele próprio, seu pioneirismo à frente do IEE: “Com uma pequena sala, uma secretária e quatro pesquisadores, ousamos as utopias do Documento de Buga” (Queiroz, 2015, p. 5). E especificou algumas dessas utopias:

Ações na área dos desafios oriundos dos direitos humanos lesados no período da brutal repressão militar, a revalorização da cultura popular num grande debate sobre a cultura do povo, a busca de entender o mundo e as representações dos menores de conduta desviante, a desumana situação dos presos e a explicação do grande número de reincidências, o diálogo com os teólogos do Terceiro Mundo e as comunidades de base, a revitalização do Tuca a serviço das comunidades e dos movimentos sociais buscando respostas para os principais problemas do momento nos encontros chamados Tuca-Vivo (Queiroz, 2015, p. 5).

Aí está o nosso tema: o elitismo tradicional da universidade católica e os desafios que têm sido postos, desde a Conferência Episcopal Latino-Americana (Celam, 1967), no

¹ Ambos foram representantes da PUC-SP na reunião da Comissão de Educação da Conferência Episcopal Latino-Americana (Celam), que se reuniu em Buga, Colômbia, em 1967, e produziu o documento intitulado Missão da Universidade Católica na América Latina (Celam, 1967) – do qual ambos foram signatários.

sentido de inverter seu sentido histórico, na América Latina, na direção de um efetivo compromisso de universalidade com a sociedade.

Origem da universidade: um projeto de elite

A universidade é uma instituição universal, que nasceu como um projeto da elite, em Bologna/Itália, 1088. Não havia contradição originária formal entre seu nome e seu projeto, uma vez que a referência semântica do conceito de *Universitas*, na ocasião, não era propriamente epistemológica (universalidade da visão, validação e destino do conhecimento), e sim social. Tratava-se de uma corporação aberta a pessoas originárias de diversas nações (na fundação eram mais de quinze nações: toscanos, lombardos, piemonteses, venezianos, provençais, francos, alemães, ingleses e outros), sendo, ademais, pessoas de diversos ramos de atividade (comerciantes, administradores da cidade, nobres, artistas e outros).

Mas a universalidade daquela *Universitas* era restrita: era uma instituição da elite econômica, social, política e cultural da época, voltada para si mesma. Vista a partir de nossa perspectiva atual, a Universidade de Bologna aparentava certo fascínio: era uma corporação de *estudantes* que recrutavam seus professores para lhes ensinarem o que eles, estudantes, desejavam. O reitor era um deles, eleito entre os pares. Era uma instituição voltada exclusivamente para o **ensino**.

A nova instituição teve imediato e enorme sucesso. A ela acorreram muitos e diversos estudantes de diversas origens. Ela recrutava intelectuais prestigiosos de toda a Europa para atuarem como seus professores.

A igreja católica viu nesse projeto uma oportunidade preciosa e o adotou como estratégia para levar em frente seu empenho de legitimação de seu poder doutrinário: realizar uma formação intelectualmente elevada de parte de seu clero, formando uma elite eclesiástica, agora não apenas no recluso ambiente dos monastérios, mas também em uma instituição mais aberta, prestigiosa, mais legitimada. Instituiu-se, assim, na cátedra episcopal de Notre Dame, a *Universitas Parisiensis* (1170). A nova instituição viria a ter vida longa e profícua. Inspirou a criação, pelos dominicanos, décadas depois, da Universidade Santo Tomás de Aquino (1216) – chamada de *Angelicum*, em Palência, Espanha. Também influenciou, três séculos após, a elaboração do currículo *Ratio Studiorum* (1552-1599) dos jesuítas, em seu projeto de fundação de colégios católicos, como parte da reação contrarreformista do século XVI. Motivou, igualmente, a fundação do Colégio Romano, que o Papa Gregório XIII instituiu como Universidade Gregoriana, em 1584.

No entanto, a Reforma Napoleônica (1806) estatizou/laicizou a Universidade de Paris, ampliando seu escopo, fazendo dela uma instituição de formação profissional não mais do clero, mas de uma variedade de profissões liberais. Os profissionais liberais eram parte importante da elite da época, já em linha de substituição ao poder dos nobres decadentes, ao lado dos proprietários de terras e de fábricas. O comando do projeto era, pois, do Estado, tendo, por trás, o poder emergente da classe protagonista da revolução industrial.

Esse movimento de “instrumentalização” da universidade a serviço da economia e da política suscitou uma reação imediata bastante drástica por parte da universidade de Berlim, em 1810. Sob a liderança do filósofo e linguista Wilhelm von Humboldt, aquela universidade foi reformada como instituição *autônoma* (com relação ao Estado e à igreja), *universalista*, com **pesquisa e ensino articulados** entre si e exercidos com *liberdade* (*Forschungsfreiheit* e *Erziehungsfreiheit*). Humboldt acrescentou a pesquisa como uma nova função à universidade, e ela veio a ser decisiva em sua identidade e em seu papel na sociedade. Em vez de serviço apenas à economia, postulava-se agora, como central, o serviço à ciência e à sociedade, mediante a produção do conhecimento e a formação também de uma elite intelectual profissional (Charle; Vergez, 1996).

O avanço desses dois importantes projetos laicos (e, em boa medida, anticlericais), no contexto de ascensão do liberalismo republicano (“secularismo”), suscitou uma reação por parte da hierarquia católica: o desejo de reafirmar a presença e a influência da igreja no meio intelectual. Na Bélgica, surgiu uma oportunidade para tal projeto. Após a independência do Reino Unido dos Países Baixos (1815), a Bélgica levantara-se contra o domínio neerlandês e criara um estado belga independente, em 1830. Era uma oportunidade para a igreja local atuar no sentido de imprimir valores cristãos à jovem nação. Sob a liderança do bispo de Malines, Engelbert Sterckx, os bispos belgas criaram uma Universidade Católica Livre, em Louvain, em 1834. O adjetivo “Livre” agregado ao nome da instituição era uma forte marcação de posição política.

Essa, que foi a primeira automeada universidade católica, buscava ser pioneira e exemplar na recuperação do prestígio da igreja nos meios intelectuais. Tratava-se de dar uma resposta ao iluminismo laico, de demonstrar que na igreja católica também haveria pensamento e que a igreja pretendia entrar na disputa pela legitimidade cultural, em plena modernidade. O êxito da Universidade Católica Livre de Louvain resultou na difusão de seu projeto por diversos outros países, inclusive no Brasil².

Em 1864, o senador Cândido Mendes de Almeida, na introdução de sua obra “Direito Civil Eclesiástico Brasileiro” (*apud* Casali, 1995, p. 101), registrava: “Vivemos todos os dias de esperança, e nisto parece que ficaremos, até que o Episcopado Brasileiro, compenetrando-se de sua alta missão, organize uma Universidade no sentido Católico, como tem a Bélgica e a Irlanda”.

Entretanto, os liberais em torno do imperador Dom Pedro II não permitiram o avanço dessa ideia. Em breve, ao contrário, entrariam em rota de colisão política com as lideranças católicas do clero, que, depois de décadas de certa identificação com ideais liberais, regrediam a um maior conservadorismo doutrinário. O choque político daí resultante, entre o neoconservadorismo católico e o liberalismo da corte do imperador Pedro II, resultou na chamada Questão Religiosa (1873), que veio a ser uma das causas do enfraquecimento do Império e sua queda, em 1889, com a Proclamação da República, e impulsionou um movimento de reunificação da igreja católica. Com efeito, no último terço do século XIX o papado entendera que a igreja se encontrava numa encruzilhada

2 Após Louvain (1834), foram criadas: South Bend, (1842); Fulda (1848); Dublin (1852); Québec (1852); Paris (1875) – e Poitiers, Lille, Angers, Lyon e Toulouse; Beyrouth (1881); Freiburg (1884); Santiago (1888); Shangai (1903; 1931); Milão (1922); Tóquio (1913); Lublin (1918); Nijmegen (1923); Lima (1942).

histórica, sob decisivas ameaças e oportunidades institucionais. O Concílio Vaticano I (1869) fora o marco inicial dessa reação, que prosseguiu sistematicamente no papado de Leão XIII (1878-1903) sob a bandeira intitulada “romanização” da igreja.

A ideia de fundação de uma universidade católica no Brasil, na sequência, veio a ser reafirmada em diversas ocasiões, ao longo de décadas, em importantes eventos da hierarquia, como: Concílio Plenário Latino-Americano (1899); Primeiro Congresso Católico Brasileiro (1900); Segunda Conferência dos Bispos da Província Eclesiástica de São Sebastião do Rio de Janeiro (1904); Segundo Congresso Católico Brasileiro (1908); Pastoral Coletiva de Bispos das Cinco Províncias Meridionais do Brasil (1910); e na emblemática Carta Pastoral de D. Sebastião Leme (1916), em que ele assim concluiu: “Quem nos dera ver levantar-se no Brasil uma irmã da Universidade de Louvain!” (*apud* Casali, 1995, p. 107). Pois coube precisamente a ele, D. Leme, a oportunidade de realizar tal projeto, quando cardeal arcebispo da capital da república a partir de 1921. No Concílio Plenário Brasileiro, no Rio de Janeiro (1939), em seu documento final, o episcopado brasileiro assim se manifestou, sem meias-palavras: “A fundação da Universidade Católica será a glória de nossa geração” (*apud* Casali, 1995, p. 118).

Origens da universidade católica no Brasil

O projeto da hierarquia eclesiástica brasileira para a criação de universidades católicas, na primeira metade do século XX, era parte do amplo projeto de restauração da igreja no país. O epicentro desse projeto foi a liderança do cardeal D. Sebastião Leme, a partir da capital da República, Rio de Janeiro, desde 1921. D. Leme investiu no anseio das camadas médias urbanas, de ascensão econômico-social e de construção de uma identidade de classe. Tratava-se de um projeto de interesse da elite. Essa direção político-institucional elitista da igreja veio a se tornar o vetor da história das universidades católicas no Brasil.

A conjuntura nos anos 1920 era de amplas mudanças na sociedade brasileira: havia inquietação nas grandes cidades, com intensa movimentação política, cultural e artística, como as greves operárias, a criação do Partido Comunista Brasileiro, a revolta do Forte Copacabana, a Semana de Arte Moderna. Faltava ao país um projeto nacional agregador. A hierarquia eclesiástica brasileira se preocupava com o isolamento político e o vazio religioso em que se encontrava a igreja, no país, desde sua separação do Estado republicano em 1890. Em vez das tradicionais negociações de cúpula, típicas do período imperial, de aliança político-religiosa entre trono e altar, a igreja passou a arriscar uma política moderna: fomentar a organização e o desenvolvimento das forças católicas no âmbito da sociedade civil, aparelhando-se como instituição capaz de disputar a hegemonia política no país, por meio de um vasto programa intitulado “Ação Católica”.

A ideia era promover uma reentrada do catolicismo na sociedade brasileira, em um movimento que se mostrou surpreendentemente sistemático, articulado e aparelhado em âmbito nacional: com uma imprensa católica, um partido católico, editoras católicas, livrarias católicas, sindicalismo católico, escolas católicas e organização de

“Juventudes Católicas” em cada um desses segmentos (JEC – estudantes secundaristas, JOC – operários, JUC – universitários, JFC – mulheres).

Ora, no começo do século a igreja dispunha de um projeto alternativo, então formulado por um intelectual peculiar, ex-magistrado, convertido ao catolicismo, ordenado presbítero após a viuvez, chamado Júlio Maria. Em artigos de jornais, livros e pregações, Júlio Maria partia de um diagnóstico em parte coincidente com o de D. Leme, mas que divergia ao denunciar a política cupulista e elitista da hierarquia eclesiástica e sua distância em relação às massas, e passou a defender uma radical articulação da igreja com o povo, em torno de um programa educacional de elevação do nível de vida social e cultural do país (Arduini, 2011, p. 4). Um projeto extraordinário e surpreendente.

D. Leme, quando nomeado bispo de Olinda em 1916, sinalizara certa afinidade com o diagnóstico de Júlio Maria, mas divergiu no projeto. Em sua famosa carta pastoral (1916) de à sua nova arquidiocese, com efeito, sintomaticamente, dirigiu-se não apenas à sua arquidiocese, mas a todo o país, apontando o grande mal da igreja: a ignorância religiosa, as superstições do povo, a necessidade de dar uma direção à grande maioria católica do País, considerada amorfa e inoperante. Essa carta pastoral (1916) é considerada o marco inicial do movimento de restauração católica no País. Como já mencionado, a carta se encerrava com uma exortação enfática em favor da criação de uma universidade católica no Brasil: “Quem nos dera ver levantar-se no Brasil uma irmã da Universidade de Louvaina!” (*apud* Casali, 1995, p. 107).

O projeto de criação da universidade católica como parte de um projeto de neocristandade brasileira

Uma vez nomeado bispo-auxiliar do Rio de Janeiro em 1921, D. Leme passou a liderar o movimento de “recatolicização” do país, por uma aliança da igreja com as camadas médias urbanas. Tratava-se de um projeto de neocristandade: a igreja seria a alma da cultura brasileira e dela emanaria o rumo da política nacional. A universidade católica seria o principal pilar desse projeto. Era uma estratégia que o Vaticano vinha avaliando como bem-sucedida em todo o mundo, desde o exemplo exitoso de restauração da Universidade Católica Livre de Louvain (1834). D. Leme estava certo de que chegara o momento de o Brasil ter também sua universidade católica livre de qualquer condicionamento político estatal.

Uma iniciativa que contribuiu decisivamente para esse fim estratégico foi a criação do Centro Dom Vital e da revista “A Ordem” (1921), no Rio de Janeiro, sob a direção do integralista Jackson de Figueiredo. A morte prematura de Jackson de Figueiredo, em 1928, foi a oportunidade para D. Leme designar, para ocupar seu lugar, Alceu de Amoroso Lima, liderança de sua estreita confiança, que era, como ele e como o então papa Pio XI, formado nos moldes centristas do jesuitismo.

Assim, com o suporte de Alceu de Amoroso Lima, Heráclito de Sobral Pinto e outras lideranças intelectuais católicas laicas, D. Leme fundou, no Rio de Janeiro, o Instituto Católico de Estudos Superiores (1932), que viria a se tornar as Faculdades Católicas (1939) e a Universidade Católica do Rio de Janeiro (1945), alçada a Pontifícia

em 1946. Alceu de Amoroso Lima declarou, na época, que o objetivo da universidade católica seria formar “elites não dissociadas do sentimento das massas” (*apud* Casali, 1995, p. 140). Sobral Pinto, seu parceiro no projeto, em uma linha mais doutrinária, declarou que o objetivo da criação de universidades católicas no Brasil seria “introduzir no pensamento cultural do país a orientação católica, a orientação evangélica, para mostrar que a fé é perfeitamente possível e compatível com a ciência” (*apud* Casali, 1995, p. 161). A história mostrou que prevaleceu a intuição de Sobral Pinto.

A educação superior católica em São Paulo: instituições precursoras da PUC-SP

A Faculdade Livre de Filosofia e Letras de São Paulo (1908)

O abade do Mosteiro de São Bento, D. Miguel Kruse, entusiasta do projeto de criação de universidades católicas em todo o mundo, chamou da Universidade Católica Livre de Louvain um dos mais brilhantes alunos daquela instituição: o padre, teólogo e filósofo Charles Sentroul, para ser pedra angular do corpo docente de uma faculdade católica que viria a ser fundada por ele em São Paulo, no dia 13 de junho de 1908, no Mosteiro de São Bento, sob o nome de Faculdade Livre de Filosofia e Letras de São Paulo.

Nos estatutos da nova faculdade constava um importante quesito, que revelava o caráter surpreendentemente universalista daquela instituição: “Art. 6.º – Os alunos (ou alunas) não estão submetidos a condição alguma de nacionalidade ou de opinião filosófica” (*apud* Casali, 1995, p. 146). Esse quesito ecoava, em parte, o adjetivo constante no nome da nova instituição: Faculdade *Livre* de Filosofia – copiado do título da Universidade Católica *Livre* de Louvain. Em 1936, atendendo a exigência da Lei Universitária Brasileira, a Faculdade mudou de nome, passando a se chamar *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento*.

Em 8 de agosto de 1946, a Abadia de São Bento e a Fundação São Paulo assinaram ato de incorporação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento à fundante Universidade Católica de São Paulo, passando aquela a ser mantida pela Fundação São Paulo, ao lado de outras unidades *incorporadas e agregadas*, como descrito adiante.

O Instituto *Sedes Sapientiae* (1932)

As religiosas Cônegas Regulares de Santo Agostinho desenvolviam trabalho pastoral em educação feminina desde 1907 em São Paulo, dirigindo o Colégio *Des Oiseaux*, voltado para a educação de moças de famílias de classe média alta. Sob a liderança da diretora do Colégio, *Mère Saint Ambroise*, fundaram um Instituto Superior que permitiria a continuidade dos estudos de suas alunas: o Instituto Superior de Filosofia, Ciências e Letras *Sedes Sapientiae*, em 1932.

O regimento interno do Instituto, em seu Artigo 1.º, descrevia, entre seus fins, “III – Contribuir para o desenvolvimento de uma cultura intelectual informada pelos princípios cristãos e pelas diretrizes pontifícias” (*apud* Casali, 1995, p. 153). Em 22 de agosto de 1946, já como Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Instituto *Sedes Sapientiae*, tornou-se agregada à nascente Universidade Católica de São Paulo e, a partir de 1971, foi a ela (então já erigida a Pontifícia) definitivamente incorporada.

A fundação da PUC-SP

A fundação das Faculdades Católicas (1939), no Rio de Janeiro, repercutiu em São Paulo. Em janeiro de 1940 o arcebispo de São Paulo, Dom José Gaspar de Affonseca e Silva, convocou o diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento, o superior dos salesianos e o jesuíta padre Roberto Saboia de Medeiros³; portanto, três ordens religiosas (beneditinos, salesianos, jesuítas), para comporem uma comissão encarregada de projetar a fundação de uma universidade católica em São Paulo.

Entretanto, no final do mesmo ano, o padre Saboia antecipou-se ao projeto arquidiocesano e fundou em São Paulo uma Escola Superior de Administração e Negócios (Esan), que entraria em funcionamento em 1941, com o objetivo de formar administradores, executivos e gestores industriais e comerciais. Segundo depoimentos (CASALI, 1995, p. 159ss.), os jesuítas alimentavam a ideia de fundar uma Universidade Católica (Jesuítica) em São Paulo.

Ainda no final de 1940, o padre Saboia foi nomeado, por D. Leme, diretor da Faculdade de Filosofia das Faculdades Católicas do Rio de Janeiro (da qual o padre Leonel Franca era então o reitor). Assim, o padre Saboia passou o ano de 1941 revezando-se, a cada 15 dias, entre a direção da Faculdade de Filosofia, no Rio de Janeiro, e a direção da Esan, em São Paulo, ambas em seu primeiro ano de funcionamento. Essa dupla função faz dele o elo estratégico entre o projeto de D. Leme no Rio de Janeiro e o de D. José Gaspar em São Paulo, conferindo-lhe uma singular responsabilidade para a criação de uma universidade católica em São Paulo. A ideia era a de que a universidade católica do Rio de Janeiro fosse voltada para o diálogo da fé com a ciência, a cultura, as artes, as humanidades; em São Paulo, capital econômica do País, a universidade católica estaria voltada para o diálogo da fé com mundo do trabalho, a ciência e as tecnologias. Contudo, curiosamente, nos anos 1970, a direção desses dois projetos veio a se inverter: a PUC-RJ, sob direção jesuítica, passou a investir na formação e pesquisa voltadas para as engenharias e as tecnologias de ponta, enquanto a PUC-SP, sob a orientação do franciscano D. Paulo Evaristo Arns, desenvolveu um projeto humanista e democrático, social e politicamente comprometido, que se tornou referência na luta contra a ditadura, pela democracia e em prol dos direitos humanos na cidade (Casali, 2005, p. 389).

3 O padre Roberto Saboia de Medeiros, de curta vida (1905-1955) foi um jesuíta excepcionalmente dinâmico, ativo, realizador de obras. Criou Faculdade de Engenharia Industrial (FEI), em 1945, que se desagregou da PUC-SP em 1971.

Em 1942, o arcebispo de São Paulo, D. José Gaspar, organizou nesta cidade um Congresso Eucarístico Nacional, ao fim do qual, aproveitando-se da presença dos bispos da Província Eclesiástica de São Paulo, convocou reunião Episcopal da Província e nela decidiu-se pela fundação de uma universidade católica para o Estado de São Paulo, sediada na capital⁴.

Em maio de 1945, o cardeal D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota nomeou nova comissão incumbida dos estudos finais para a organização da universidade. Foram escolhidos alguns dirigentes da Liga dos Intelectuais Católicos, uma organização dentro da Ação Católica de São Paulo: o dominicano frei Rosário Jofilly, Vicente Melilo, Amador Cintra do Prado, Hugo Ribeiro de Almeida e André Franco Montoro⁵ (Universidade Católica de São Paulo, 1946, p. 14-15). O plano era constituir um núcleo inicial da universidade com duas faculdades: uma faculdade de direito, a ser criada, e uma faculdade de engenharia, que já estava sendo preparada pelo padre Saboia. Entretanto, o padre Saboia inesperadamente instituiu, separadamente, em 7 de agosto de 1945, a Fundação de Ciências Aplicadas e, dentro dela, em dezembro, a Faculdade de Engenharia Industrial (FEI), em São Bernardo do Campo, epicentro geográfico e social do mundo do trabalho no País. Deu-se, portanto, uma divergência de planos. E mais: o padre Saboia conseguiu um decreto presidencial autorizando o funcionamento da FEI já em abril de 1946, de modo que em 20 de maio ele deu início às aulas da FEI. Assim, no ato de fundação da Universidade Católica de São Paulo, em agosto, a FEI entrou apenas como “agregada” da nova universidade.

Na sessão solene de instalação do curso de bacharelado em direito da então Faculdade Paulista de Direito, em 8 de janeiro de 1946, o cardeal Mota anunciou planos ambiciosos para aquela faculdade: “Será a pedra angular da futura Universidade Interamericana (*sic*)⁶ de São Paulo, que terá por finalidade a união dos povos, e muito especialmente dos povos americanos” (*apud* Casali, 1995, p. 156).

Em 18 de março de 1946, iniciaram-se as aulas da Faculdade Paulista de Direito, no prédio cedido pela arquidiocese, à Av. Higienópolis, 890. Em 13 de agosto, realizou-se no Palácio Pio XII, sede da arquidiocese, sob a presidência do cardeal Mota⁷, a sessão solene de fundação da nova Universidade Católica de São Paulo. Em 22 de agosto, o presidente Dutra assinou o Decreto 9.632, que oficializou seu funcionamento.

A nova universidade, institucionalmente, foi composta por:

4 O cardeal Mota, em sua Carta Pastoral (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1946, p. 12), esclarece: “Cumprir frisar bastante, que a Universidade Católica será do Estado todo e não só da Capital”.

5 Em cerimônia comemorativa do cinquentenário da PUC-SP, em 22 de agosto de 1996, André Franco Montoro revelou que o primeiro esboço dos Estatutos da Universidade Católica foi redigido de fato numa reunião dessa Comissão, porém, numa Pizzaria da cidade, no verso de uma caixa de pizza...

6 Tem-se, aí, uma surpreendente menção a um projeto de alargamento da dimensão da Universidade Católica de São Paulo na perspectiva de um interamericanismo, acerca do qual não encontramos (todavia) qualquer outro registro.

7 Estiveram presentes: bispos de vários municípios paulistas; Dom Paulo Pedrosa, Dom Policarpo Amstalden, Alexandre Correia, Mons. J. Emilio Salim, padre Saboia de Medeiros, Madre Luisa M. Vergaert, D. Beda Kuse, André Franco Montoro, José Pedro Galvão de Souza, J. Feliciano da Rosa Aquino e outros.

a) unidades “incorporadas”:

- Faculdade Paulista de Direito;
- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento.

b) unidades “agregadas”:

- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas;
- Faculdade de Ciências Econômicas de Campinas;
- Faculdade de Engenharia Industrial de São Paulo;
- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Instituto *Sedes Sapientiae*.

Em 25 de janeiro de 1947, o papa Pio XII autorizou a ereção canônica da universidade, ou seja, a concessão do título “Pontifícia”, e nomeou o cardeal Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota como seu grão-chanceler.

Na exposição de seus objetivos, segundo os estatutos de 1946, Art. 2.º, a Universidade Católica de São Paulo propunha-se a:

d) contribuir para a formação de uma cultura superior, adaptada às realidades brasileiras e informada pelos princípios cristãos e as diretrizes pontifícias;

e) contribuir para o desenvolvimento da solidariedade humana, especialmente no campo social e cultural, em defesa da civilização cristã (Universidade Católica de São Paulo, 1946).

Observe-se que as diretrizes de *formação de uma cultura superior* e de *defesa da civilização cristã*, explícitos prolongamentos do ideário restaurador de D. Leme, apareceram contextualizadas: uma cultura superior *adaptada às realidades brasileiras* e a *defesa da civilização cristã* de modo a *contribuir para o desenvolvimento da solidariedade humana*. Foram prenúncios da forte contextualização social, política e cultural, nas vindouras décadas, a partir de 1976, na história dessa universidade (Frota *et al.*, 2015).

Desafios emergentes ao presente e ao futuro da universidade católica

O objetivo da criação de universidades católicas no Brasil seria “introduzir no pensamento cultural do país a orientação católica, a orientação evangélica, para mostrar que a fé é perfeitamente possível e compatível com a ciência” (*apud* Casali, 1995, p. 161), declarou Sobral Pinto acerca da fundação da Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 1945. Esse era um viés institucionalista, quando não doutrinário e apologético, do projeto inicial de criação de universidades católicas no Brasil. Os desdobramentos históricos dessa intencionalidade, entretanto, vieram diluindo a relevância dessa questão, à vista da emergência insistente de novos temas que se impuseram como novos desafios a essa instituição. Contemporaneamente, a questão da missão da universidade católica deslocou-se: o prioritário não tem sido mais a demonstração de sua compatibilidade com a ciência e, sim, sua eventual (in)compatibilidade com uma sociedade crescentemente injusta, gravemente desigual, ambiental e socialmente insustentável. Esse deslocamento se deve, de um lado, ao reconhecimento do quanto as tensões fé-ciência

estiveram anteriormente ideologizadas, referidas a uma apologética institucionalista e reducionista e, de outro lado, ao agravamento do desequilíbrio do sistema-vida, à fragilidade da democracia, às desigualdades sociais.

A presente homenagem ao prof. dr. José J. Queiroz convida a (re)considerar o sentido da PUC-SP na sociedade brasileira, nessa perspectiva de uma instituição comprometida com o desenvolvimento da ciência e de uma *cultura superior*, porém, *solidária, alinhada aos problemas da realidade brasileira*.

No entanto, essa articulação da universidade católica com a sociedade impõe algumas considerações críticas mais sutis. Trata-se de levar em conta também a tensa ambivalência em jogo no interior de cada universidade católica em suas relações institucionais locais. Como *universidade*, ela é convocada a cultivar ideias e projetos de caráter mais público e universal; como *católica*, ela depende de alinhamento doutrinário com a instituição particular, a igreja católica local, a que está vinculada. Logo, não há tensão apenas no campo do diálogo fé-razão, e sim, e cada vez mais, no campo das relações da universidade católica com a sociedade, especialmente no contexto de crescentes desigualdades. Essa tensão impõe a consideração do tema da *autonomia* da universidade católica como um tema particularmente sensível, em duas pontas: seja em suas relações políticas com o Estado, seja em suas relações institucionais com a igreja.

O entendimento do homenageado deste ensaio, assim como deste autor que o homenageia, foi e é o de que não há necessariamente conflito entre esses dois polos de pulsação da vida de uma universidade católica (o polo do interesse público e o polo do interesse-vínculo institucional), uma vez que, ao contrário, cabe assinalar que a própria instituição eclesiástica vem tendendo a um crescente e claro compromisso diante dos graves problemas de insustentabilidade ambiental, social e cultural das sociedades. Essa leitura depreende-se, entre muitos outros elementos críticos, dos posicionamentos mais recentes do papado de Francisco. Destacaremos três referências.

A primeira, sua encíclica *Laudato Si'* (Francisco, 2015), que enfatiza a interconexão entre questões ambientais, sociais e religiosas, ressaltando o quanto os mais pobres sofrem desproporcionalmente com os danos ecológicos, donde a necessidade urgente de cuidar da Casa Comum ambiental e socialmente.

A segunda, o posicionamento do papa Francisco em reunião com 230 membros da Federação Internacional da Universidade Católicas (FIUC), no Vaticano, em 4 de novembro de 2017. Francisco pronunciou ali um discurso histórico (Francisco, 2017). O eixo do discurso está na articulação entre “Pesquisa, Ensino e Promoção Social”. Francisco enfatizou a necessidade de se promover uma educação que combine excelência acadêmica com responsabilidade ética e social e desafiou as universidades católicas a formarem lideranças capazes de enfrentar os desafios globais, como a pobreza, a exclusão e as crises ambientais (Casali, 2022, p. 382 e ss.).

A terceira, o Pacto Educativo Global (Francisco, 2020). Trata-se de uma convocação a um pacto humanitário contra a indiferença, a favor da inclusão de todos na família humana. No lançamento do Pacto Educativo Global, em 15 de outubro de 2020, a mensagem do Papa Francisco se encerrou demarcando os pétreos compromissos a que todos os seres humanos são convocados, especialmente no campo educacional:

1. colocar a pessoa, em seu valor e sua dignidade, no centro de todo o processo educativo;
2. ouvir a voz das crianças e jovens, para construir uma vida digna para todos;
3. promover a plena participação das meninas e jovens na instrução;
4. reconhecer a família como o primeiro e indispensável sujeito educativo;
5. educar ao acolhimento dos mais vulneráveis;
6. um novo modo de compreender a política, a economia, o crescimento e o progresso, numa ecologia integral;
7. cuidar da nossa Casa Comum, protegendo seus recursos, energias renováveis, subsidiariedade, solidariedade, economia circulante (Francisco, 2020).

Esses posicionamentos do papado, entre tantos outros, apontam um novo rumo histórico para a universidade católica no Brasil, na América Latina, no mundo.

A ideia de universidades socialmente comprometidas, ademais, não é uma novidade em diversos países no mundo (e não apenas nos países socialistas), nem mesmo no Brasil. Anísio Teixeira já desenhara um projeto de Universidade do Distrito Federal de caráter popular, no Rio de Janeiro (1935), demarcando uma diferença contrastante com o projeto bandeirante, aristocrático, de referências fortemente europeias, da Universidade de São Paulo (1934). Por diversas razões, aquele projeto não progrediu.

A universidade católica latino-americana teve uma oportunidade histórica de se reconfigurar, na sequência do Concílio Vaticano II, mediante as diretrizes do Documento de Buga: “Ser centro elaborador de cultura – isto é, Universidade – significa ser consciência viva da comunidade humana à qual pertence” (Celam, 1967, p. 1). Essa oportunidade se perdeu, no papado de João Paulo II, por efeito do cerco doutrinário à Teologia da Libertação. As consequências sociais desse afastamento da igreja com relação às camadas populares são conhecidas: a notável prosperidade das igrejas evangélicas populares, de base teológica calvinista, fundadas em uma teologia da prosperidade e do domínio (Spyer, 2020).

Os recentes governos democráticos e populares de Lula e de Dilma adotaram políticas que visavam, em certa medida, deselitizar a universidade brasileira, mediante políticas afirmativas. A mais importante talvez tenha sido o Prouni (2004), mas também devem-se considerar a Unitrabalho (1996), o Fies (1999), as políticas de ações afirmativas – Cotas Raciais e Sociais (2003), a Universidade Aberta do Brasil – UAB (2006), o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES (2007), os Planos Nacionais de Educação (PNE).

As universidades católicas participaram dessas políticas sociais, e esse foi o viés pelo qual elas corrigiram em parte o perfil elitista tradicional de seus estudantes, com a entrada de negros, indígenas, egressos de escolas públicas e pessoas com deficiência. No caso da PUC-SP, o Programa Pindorama⁸ é exemplar na promoção do acesso e acolhida a indígenas. Mais recentemente, a população surda, historicamente excluída, também começou a chegar à universidade, inclusive na Pós-Graduação. De todo modo, os pobres, negros, indígenas e pessoas com deficiência seguem sendo minoria, absoluta

8 Disponível em: <https://www.pucsp.br/pindorama>.

e proporcional, no perfil de estudantes e, mais ainda, de docentes nas universidades católicas.

Ao lado, e transversalmente a essas políticas, cabe destacar a recente ressignificação do sentido e das práticas da *extensão* universitária. No pós-guerra (1945), nos Estados Unidos da América, a adoção dessa nova função da universidade deu-se inicialmente sob o modelo de vínculo da universidade a projetos econômicos (venda de serviços), ademais da formação continuada de profissionais especializados para o mercado. Contudo, deu-se uma simultânea reação da sociedade: realizar a extensão como forma de vínculo da universidade às demandas da sociedade prioritariamente pelo viés de projetos sociais comunitários. Essa concepção de extensão tornou-se uma oportunidade adicional para a universidade se deselitizar, ampliando-se socialmente. A universidade católica tem nessa função extensionista uma oportunidade peculiar de assegurar sua presença na sociedade, mediante “prestação de serviços à comunidade [...] objetivando sempre a realização de sua função social, considerada a natureza e o interesse público de suas atividades” (PUC-SP, 2022).

As três funções convencionais da universidade (ensino, pesquisa, extensão), hoje, seguem essenciais para o cumprimento da milenar missão da universidade, mas não vêm sendo efetivadas com o alcance da universalidade prometida. Não obstante, uma nova função universitária vem emergindo, com força crescente e em velocidade exponencial: a função *conexão* (Almeida; Casali *et al.*, 2023). A universidade vem ampliando sua vida também na extensa e complexa rede digital intercultural, interinstitucional e internacional de compartilhamento de conhecimentos científicos, políticos e culturais. O principal desafio que se coloca, nesse caso, é o de que ela não se reduza à conectividade no campo digital e vá além de uma mera *plataformização* do ensino e da pesquisa: trata-se de realizar também o desafio de cumprir a real e material *conexão* com as vidas de todo o sistema-vida e todos os seres humanos, especialmente os mais pobres, na Casa Comum (Francisco, 2015).

Considerações finais: o legado do professor emérito dr. José J. Queiróz para o futuro da PUC-SP

A articulação da universidade católica com a sociedade, em toda a sua amplitude, tornou-se contemporaneamente um imperativo superior. A experiência científica, epistemológica, interdisciplinar, intercultural, internacional, inter-religiosa, interinstitucional, na universidade, deverá ter como vetor também a sustentabilidade e a superação das desigualdades. Não parece mais relevante disputar sobre quem tem mais razão, se a fé ou a razão. A suprema racionalidade que se impõe contemporaneamente é, antes, a de salvar a própria racionalidade humana, salvando-se a chance de integridade e sustentabilidade do sistema-vida e, nele, a dignidade humana, de todos os humanos.

A articulação universidade-sociedade e sua deselitização social e cultural aparece, assim, como um tema imperativo para o presente e o futuro da universidade católica.

A universidade deve se (re)conectar com a intencionalidade original inscrita no nome que ela escolheu para si mesma – *Universitas*, mas agora com inteira coerência. Ela

é convocada a ser uma instituição *universal* nos dois sentidos: (1) que elabora *conhecimentos* de interesse e direito universal, sustentavelmente, e (2) que faz isso implicando, diretamente como participantes e indiretamente como destinatários, universalmente, *todos os seres humanos*, do presente e do futuro.

Se tal projeto universalista, nesses dois sentidos (epistemológico e social) é o único que faz pleno sentido para a universidade em geral, o será ainda mais mandatário para aquela universidade que carrega em seu nome uma quase redundância indicativa da sua missão: ser uma universidade *katá-hólos, católica, para todos*.

A sustentação desse projeto para a PUC-SP é um dos legados mais preciosos dessa pessoa, professor, pesquisador, gestor, intelectual, um dos nossos mais brilhantes, me- recidamente aclamado como professor emérito da PUC-SP: José J. Queiroz.

Referências

ALMEIDA, Fernando; CASALI, Alípio *et al.* Os desafios atuais da universidade: o mundo contemporâneo, as redes de conhecimento e o compromisso da universidade. *TECCOGS: Revista Digital de Tecnologias Cognitivas*, n. 26, p. 102-149, jul./dez. 2023.

ARDUINI, Guilherme R. De Júlio Maria à ação católica: contribuições para a história do laicato católico brasileiro (1900-1947). In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH. São Paulo, julho 2011. *Anais [...]*

CASALI, Alípio. *Elite intelectual e restauração da Igreja*. Petrópolis: Vozes, 1995.

CASALI, Alípio. A presença da Igreja nos 450 anos de São Paulo: educação superior. In: PASSOS, J. Décio; VILHENA, M. Ângela. *A Igreja de São Paulo: presença católica na história da cidade*. São Paulo: Paulinas, 2005. p. 371-391.

CASALI, Alípio. Fundamentos e alcance do Pacto Educativo Global de Francisco: uma leitura histórico-crítica. In: SILVA, Dayvid da; NOBRE, José Aguiar (org.). *O projeto de Francisco: evangelização, ecologia, economia, ecumenismo e educação*. São Paulo: Editora Recriar, 2022. p. 371-393.

CELAM – CONFERÊNCIA EPISCOPAL LATINO-AMERICANA. *Missão da Universidade Católica na América Latina (Documento de Buga)*. Buga, Colômbia, 1967.

CHARLE, Christophe; VERGEZ, Jacques. *História das universidades*. São Paulo: Unesp, 1996.

FRANCISCO, Papa. Carta Encíclica *Laudato Si*. Sobre o cuidado da casa comum. São Paulo: Loyola; Paulus, 2015.

FRANCISCO, Papa. Discurso aos Membros da Federação Internacional das Universidades Católicas – FIUC. *Vatican News*, 4 nov. 2017. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2017-11/papa-as-universidades-catolicas---pesquisa-ensinamento-e-promoc.html> Acesso em: 24 nov. 2024.

FRANCISCO, Papa. Mensagem no lançamento do Pacto Educativo Global. *You Tube*, em 15 out. 2020. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7OzgW77ea60> Acesso em: 24 nov. 2024.

FROTA, Luciara Silveira de Aragão; AVELINO, Yvone Dias; GOMES, Edgar da Silva; LOPES, Carlos Danilo Oliveira (org.). *No laboratório das palavras: história da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: coletânea de documentos (1979-1985)*. Fortaleza: Socer, 2015.

PUC-SP – PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO. *Estatuto*. 2022. Disponível em: <https://www.fundasp.org.br/a-fundasp/mantidas/pucsp/arquivos/estatuto-puc-sp.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2024.

QUEIROZ, José J. Discurso de outorga do título de professor emérito da PUC-SP. *Ata do Conselho Universitário da PUC-SP*, 28 out. 2015.

SPYER, Juliano. *Povo de Deus: quem são os evangélicos e por que eles importam*. São Paulo: Geração Editorial, 2020.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO. *Anais*. São Paulo: Ed. Ave Maria, 1946.

Recebido em: 02/12/2024

Aprovado em: 02/02/2026

Conflito de interesses: Nenhum declarado.

Editor responsável: Eulálio Avelino Pereira Figueira.